

Saepar Serviços e Participações S.A.  
CNPJ 03.979.930/0001-27

## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. ("Companhia") referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 31 de outubro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta Sul América Holding S.A. pela Companhia, visando simplificar a estrutura societária das empresas envolvidas. A Companhia apresentou prejuízo de R\$0,7 milhão no exercício de 2022, frente a um lucro de R\$76,1 milhões em 2021, principalmente em função do menor resultado de equivalência patrimonial na comparação entre os períodos. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)			
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>18.275</b>	<b>31.933</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>11.361</b>	<b>13.599</b>
Disponível	5	1.100	142	Contas a pagar		11.002	13.148
Caixa e bancos		1.100	142	Obrigações a pagar	10.1	1.048	3.828
Aplicações financeiras	6	6.079	13.213	Impostos e contribuições	10.2	7.829	3.621
Aplicações financeiras		6.079	13.213	Outras contas a pagar		2.125	5.699
Títulos e créditos a receber	7	11.096	13.088	<b>Ações judiciais fiscais e trabalhistas</b>	<b>12.2</b>	<b>359</b>	<b>451</b>
Títulos e créditos a receber		48	7.432	<b>Passivo não circulante</b>		<b>3.749</b>	<b>3.262</b>
Créditos tributários e previdenciários	8	11.023	5.270	Exigível a longo prazo		3.749	3.262
Outros créditos a receber		25	386	Contas a pagar		533	1.074
Despesas antecipadas			5.490	Obrigações a pagar	10.1	426	472
<b>Ativo não circulante</b>		<b>1.813.167</b>	<b>1.864.747</b>	Outras contas a pagar		107	602
Realizável a longo prazo		7.604	6.571	<b>Ações judiciais fiscais e trabalhistas</b>	<b>12.2</b>	<b>3.216</b>	<b>2.188</b>
Títulos e créditos a receber	7	7.382	5.880	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.816.332</b>	<b>1.879.819</b>
Créditos tributários e previdenciários	8	6.060	4.647	Capital social	13	1.231.056	1.150.551
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	1.322	1.233	Capital a integralizar		(418)	
Ativos de arrendamentos		222	691	Reservas de capital		(38.895)	(27.245)
Investimentos		1.804.739	1.853.002	Reservas de lucros		641.365	777.299
Participações societárias	9	1.781.845	1.829.825	Ajustes de avaliação patrimonial		(16.776)	(20.786)
Ágio	9	22.869	22.869	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.831.442</b>	<b>1.896.680</b>
Mais valia		25	227				
Outros investimentos			81				
<b>Imobilizado</b>		<b>761</b>	<b>1.269</b>				
Intangível		63	3.905				
Software		306	4.154				
Amortização acumulada		(243)	(249)				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.831.442</b>	<b>1.896.680</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)				Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)			
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b>Receita líquida</b>	<b>14.1</b>	<b>33.064</b>	<b>82.967</b>	<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>		<b>(725)</b>	<b>76.061</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>9</b>	<b>10.130</b>	<b>73.661</b>	<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
<b>Outras receitas e despesas</b>	<b>(44.310)</b>	<b>(79.082)</b>		Ganhos / (perdas) atuariais, não realizados com plano de pensão de benefício definido		35	(212)
Despesas operacionais		(16)	(11)	Efeitos fiscais		(12)	72
Despesas administrativas	14.2	(39.421)	(77.503)	<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Despesas com tributos		(7.009)	(3.018)	Ganhos não realizados com ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes			44
Receitas financeiras	14.3.1	3.093	1.206	Efeitos fiscais			(15)
Despesas financeiras	14.3.2	(791)	255	Ganhos / (perdas) de variação de participação acionária	9	3.372	(1.162)
Receitas e despesas patrimoniais		(166)	(11)	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	615	(16.575)
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>		<b>(1.116)</b>	<b>77.546</b>	<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>4.010</b>	<b>(17.848)</b>
Imposto de renda	15	281	(1.070)	<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>3.285</b>	<b>58.213</b>
Contribuição social	15	110	(415)				
<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>		<b>(725)</b>	<b>76.061</b>				
<b>Quantidade de ações</b>		<b>3.763</b>	<b>3.608</b>				
<b>Lucro líquido/Prejuízo por ação em R\$</b>		<b>(0,19)</b>	<b>21,08</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)									
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01/01/2021</b>	<b>1.106.844</b>		<b>(27.245)</b>	<b>42.226</b>	<b>736.194</b>	<b>778.420</b>	<b>(2.938)</b>		<b>1.855.081</b>
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 29/04/2021	6.863								6.863
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 27/10/2021	4.251								4.251
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 29/11/2021	10.519								10.519
Aumento de capital com JCP, conforme AGE do dia 29/12/2021	22.074								22.074
Ajustes de avaliação patrimonial							(17.848)		(17.848)
<b>Lucro líquido do exercício</b>								<b>76.061</b>	<b>76.061</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>									
Reserva legal				3.803		3.803		(3.803)	
Dividendos intermediários, sendo R\$14.466,41 (em reais) por ação conforme ARD do dia 25/10/2021					(4.924)	(4.924)		(46.258)	(51.182)
JCP deliberado, no montante de R\$26.000 à razão de R\$7.291,08 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 20/12/2021								(26.000)	(26.000)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>1.150.551</b>		<b>(27.245)</b>	<b>46.029</b>	<b>731.270</b>	<b>777.299</b>	<b>(20.786)</b>		<b>1.879.819</b>
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 09/03/2022	13.784								13.784
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 30/03/2022	11.420								11.420
Aumento de capital, sendo R\$6.042 com compras de ações e R\$418 em dinheiro, conforme AGE do dia 31/10/2022	6.460	(418)							6.042
Aumento de capital com JCP, conforme AGE de 27/12/2022	48.841								48.841
Ajustes de avaliação patrimonial							4.010		4.010
Transação de capital			(11.650)						(11.650)
<b>Prejuízo do exercício</b>								<b>(725)</b>	<b>(725)</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>									
Compensação de prejuízos com reserva estatutária					(725)	(725)		725	
Dividendos intermediários, no montante de R\$58.709 à razão de R\$16.057,99 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 24/10/2022					(58.709)	(58.709)			(58.709)
Dividendos intermediários, no montante de R\$18.500 à razão de R\$5.043,62 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 04/11/2022					(18.500)	(18.500)			(18.500)
JCP deliberado, no montante de R\$58.000 à razão de R\$15.812,43 (em reais) por ação, conforme ARD do dia 22/12/2022					(58.000)	(58.000)			(58.000)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>1.231.056</b>	<b>(418)</b>	<b>(38.895)</b>	<b>46.029</b>	<b>595.336</b>	<b>641.365</b>	<b>(16.776)</b>		<b>1.816.332</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

<b>1. Contexto operacional:</b> A SAEPAR SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, parte, no bairro Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, constituída em 26/07/2000, tendo como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, a realização de empreendimentos, prestação de serviços em geral, especialmente no ramo de seguros e a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or). A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 27/03/2023, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). 1.1. Compra de participação e incorporação da GNI22 SP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (GNI22): Em 30/04/2021, a Companhia assinou o contrato e concluiu a aquisição de 100% das quotas da GNI22, detida da Sul América Serviços de Saúde S.A. (SULAMED), pelo valor contábil de R\$11.804. Em 31/05/2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta GNI22 pela Companhia, visando simplificar a estrutura societária das companhias envolvidas, trazendo benefícios de ordem administrativa e econômica, com redução de custos. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado ao valor contábil na data-base de 30/04/2021:	<b>Passivo</b>	<b>30/09/2022</b>
<b>Ativo</b>	<b>30/04/2021</b>	
<b>Circulante</b>	<b>11.805</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>47</b>	
Caixa e bancos	47	
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>11.758</b>	
<b>Total dos ativos</b>	<b>11.805</b>	
<b>Passivo</b>	<b>30/04/2021</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1</b>	
Impostos e contribuições	1	
<b>Total dos passivos</b>	<b>1</b>	
1.2. Incorporação da Sul América Holding S.A. (SAH): Em 31/10/2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta SAH pela Companhia, cujo Laudo de Avaliação foi elaborado com base nas demonstrações financeiras da SAH na data-base de 30/09/2022. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado ao valor contábil na data-base de 30/09/2022:	<b>Passivo</b>	<b>30/09/2022</b>
<b>Ativo</b>	<b>30/09/2022</b>	
<b>Circulante</b>	<b>9.324</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>106</b>	
Caixa e bancos	106	
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>7.786</b>	
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>1.432</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>517</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>517</b>	
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>459</b>	
<b>Outros</b>	<b>58</b>	
<b>Total dos ativos</b>	<b>9.841</b>	

—continuação

## Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia.

3.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mensurados ao custo amortizado" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, líquidas de seus correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável apresentar redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias: Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • Ágios representam valor pago em excesso ao valor justo líquido dos ativos adquiridos na respectiva data de aquisição, com base na expectativa de geração de lucros futuros. Ágios são contabilizados no investimento, na controladora. Ágios não tem vida útil definida e, portanto, não são amortizados, e tem seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor, conforme descrito na nota 3.4. Em situação de venda de controlada ou coligada que tenha originado o ágio em sua aquisição, tal ágio é considerado na apuração de ganhos e perdas da operação; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital) está registrado no patrimônio líquido. 3.4. Redução ao valor recuperável: 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. 3.4.2. Ativos não financeiros: A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Receitas e despesas patrimoniais", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2022 e 2021, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. 3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. 3.6. Passivos financeiros circulantes e não circulantes: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. 3.7. Provisões para ações judiciais: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia.

3.7.1. Trabalhistas: Toda ação trabalhista é classificada como relevante devido aos pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia. Em razão do acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 10,58% ao ano (10,79% em 2021). As provisões para processos judiciais trabalhistas estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Ações judiciais fiscais e trabalhistas". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano. 3.7.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, as provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o

encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conformidade com a legislação vigente. 3.8. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.9. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras registrados com base em estimativas referem-se à apuração do valor justo das aplicações financeiras (nota 6), ao registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros (nota 8) e à constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos (nota 12). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. 3.10. Normas emitidas e revisadas: 3.10.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (Alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: As seguintes normas alteradas e interpretações novas e revisadas não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (Alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (Alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e • Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (Alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Gestão de riscos: Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos de empresas do grupo. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos associados aos seus instrumentos financeiros. 5. Disponível: Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras:

Descrição	2022		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	
<b>Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)</b>	6.079	6.079	6.079
<b>Subtotal</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>
<b>Percentual total - contábil</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>
<b>Circulante</b>			<b>6.079</b>

  

Descrição	2021		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	
<b>Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)</b>	13.213	13.213	13.213
<b>Subtotal</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>
<b>Percentual total - contábil</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>
<b>Circulante</b>			<b>13.213</b>

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>5.560</b>	<b>14.391</b>	<b>19.951</b>
Incorporação GNI22	11.752	–	11.752
Aplicações	123.203	2.248	125.451
Rendimento resgate	(874)	(158)	(1.032)
Principal resgate	(127.328)	(16.615)	(143.943)
Resultado financeiro	900	90	990
Ajuste a valor de mercado	–	44	44
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>13.213</b>	<b>–</b>	<b>13.213</b>

  

	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>
Incorporação SAH	7.787	7.787
Aplicações	62.810	62.810
Rendimentos resgate	(2.835)	(2.835)
Principal resgate	(76.944)	(76.944)
Resultado financeiro	2.048	2.048
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) Value at Risk (VaR) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration, nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Após nossas análises as sensibilidades foram imateriais. 6.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição. Em 31/12/2022 e 2021 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Nível 1: Títulos de renda fixa – públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); e Nível 2: Cotas de fundos de investimentos não exclusivos: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

7. Títulos e créditos a receber:

Descrição	2022	
	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado	6.079	6.079
<b>Total</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>

  

Descrição	2021	
	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado	13.213	13.213
<b>Total</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>

Descrição	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado	6.079	6.079	13.213	13.213
<b>Total</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>

Descrição	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado	6.079	6.079	13.213	13.213
<b>Total</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>

Descrição	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado	6.079	6.079	13.213	13.213
<b>Total</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>

(a) A variação refere-se, principalmente, ao término dos serviços prestados de infraestrutura ao Grupo Allianz. 8. Créditos e débitos tributários diferidos: A seguir, posição dos créditos tributários e previdenciários líquidos dos débitos tributários.

Descrição	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado	6.079	6.079	13.213	13.213
<b>Total</b>	<b>6.079</b>	<b>6.079</b>	<b>13.213</b>	<b>13.213</b>

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de indêbitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou o benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2022 no valor de R\$278 (R\$173 em 2021). O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

Ano	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base	Crédito tributário não reconhecido	Base	Crédito tributário não reconhecido
2016	66	66	66	66
<b>Saldos a compensar</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>66</b>

As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base		Crédito tributário não reconhecido	
	Base	Crédito tributário não reconhecido	Base	Crédito tributário não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	24.194	6.049	24.194	6.049
Diferenças temporárias - CSLL	21.926	1.973	21.926	1.973
<b>Total</b>	<b>46.120</b>	<b>8.022</b>	<b>46.120</b>	<b>8.022</b>

9. Participações societárias: Em 31/12/2022 e 2021, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2022		2021	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>1.796.544</b>	<b>25.100</b>	<b>1.796.544</b>	<b>25.100</b>
Compra de ações	–	–	–	–
Aumento de capital (c)	22.889	6.500	22.889	6.500
Incorporação (d)	–	–	–	–
Ganho (perda) de capital (b)	(531)	(631)	(531)	(631)
Juros sobre capital próprio	(27.138)	–	(27.138)	–
Dividendos intermediários	(36.583)	(375)	(36.583)	(375)
Dividendos adicionais propostos	–	(2.254)	–	(2.254)
Equivalência patrimonial (a)	72.867	819	72.867	819
Ajustes de avaliação patrimonial	(16.575)	–	(16.575)	–
Integralização de capital (e)	–	–	–	–
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>1.811.473</b>	<b>31.788</b>	<b>1.811.473</b>	<b>31.788</b>
Aumento de capital (c)	–	11.000	–	11.000
Aumento de capital com juros sobre capital próprio	60.211	–	60.211	–
Venda de ações	–	–	–	–
Ganho (perda) de capital (b)	(64)	(864)	(64)	(864)
Dividendos intermediários	(40.419)	–	(40.419)	–
Juros sobre capital próprio a receber	(72.484)	–	(72.484)	–
Equivalência patrimonial (a)	16.381	(1.248)	16.381	(1.248)
Integralização de capital	–	–	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	615	–	615	–
Incorporação (f)	–	(9.677)	–	(9.677)
Transação de capital (g)	(11.650)	–	(11.650)	–
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.764.063</b>	<b>40.676</b>	<b>1.764.063</b>	<b>40.676</b>

(a) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de suas investidas provenientes da harmonização entre as práticas contábeis, quando necessário; (b) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida; (c) Em 31/10/2022, a SASA (Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.3), aumentou o capital da Companhia, mediante transferência de ações da SAH que eram de propriedade da SASA, no montante de R\$6.042. Em 30/03/2022, a Companhia aumentou o capital da DOCWAY, em dinheiro, no montante de R\$11.000, com a emissão de 51.218 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$214,77 (reais) por ação. Em 29/04/2021, a Companhia aumentou o capital da DOCWAY, em dinheiro, no montante de R\$6.500, com a emissão de 30.265 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$214,77 (reais) por ação; (d) Em 30/04/2021, a Companhia comprou 100% das quotas da GNI22, detida pela SULAMED e em 31/05/2021, a incorporação da investida foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária; (e) Constituição da investida INTEGRALE em 23/08/2021, com integralização de 10% do capital no ato da constituição e 90% em até 12 meses; (f) Incorporação da SAH, conforme nota 1.2; e (g) Referem-se a mudança de participação da Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAÚDE) na Sul América Investimentos distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI).

## 8.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2021		Atualização		Baixas / Saldo em 31/12/2021	
	Saldo em 01/01/2021	Adição	Atualização monetária	Compensações	Baixas / Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.546	7.934	23	(4.970)	6.533	6.533
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	55	1.329	9	(30)	1.363	1.363
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	–	1	–	–	–	1
<b>Total</b>	<b>3.601</b>	<b>9.264</b>	<b>32</b>	<b>(5.000)</b>	<b>7.897</b>	<b>7.897</b>
<b>Circulante</b>					<b>5.270</b>	<b>5.270</b>
<b>Não circulante</b>					<b>2.627</b>	<b>2.627</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2021		Atualização		Baixas / Saldo em 31/12/2022	
	Saldo em 31/12/2021	SAH (a)	Atualização Monetária	Compensação	Baixas / Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6.533	1.422	12.858	599	(8.807)	12.605
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.363	463	831	204	(484)	2.377
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1	–	–	–	–	1
Outros	–	–	10	2	–	12
<b>Total</b>	<b>7.897</b>	<b>1.885</b>	<b>13.699</b>	<b>805</b>	<b>(9.291)</b>	<b>14.995</b>
<b>Circulante</b>						<b>11.023</b>
<						

continuação

Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

	2022	2021
<b>Traditio Companhia de Seguros</b>		
Ativo	7.161.451	34.702
Passivo	6.719.24	6.371
Patrimônio líquido	6.489.527	28.331
Receita líquida	(3.247)	56.942
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	60.693	(1.524)
Percentual de participação (%)	27,07%	89,02%
Valor contábil do investimento	1.756.650	25.220
Ágio	7.413	15.456
Mais valia	-	25
Quantidade de ações ordinárias	157	254.457

	2022	2021
<b>Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.</b>		
Ativo	7.342.583	25.591
Passivo	640.515	6.998
Patrimônio líquido	6.702.068	18.593
Receita líquida	2.607	52.538
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	223.981	1.882
Percentual de participação (%)	27,05%	86,62%
Valor contábil do investimento	1.804.060	16.105
Ágio	7.413	15.456
Mais valia	-	227
Quantidade de ações ordinárias	152	203.239

	2022	2021
<b>10. Contas a pagar: 10.1. Obrigações a pagar:</b>		
Obrigações fiscais (nota 12.3)	426	472
Pessoal e benefícios	1.048	3.828
<b>Total</b>	<b>1.474</b>	<b>4.300</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.048</b>	<b>3.828</b>
<b>Não circulante</b>	<b>426</b>	<b>472</b>

	2022	2021
<b>10.2. Impostos e contribuições:</b>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	639	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	246	-
Contribuições PIS e COFINS	6.722	2.070
Imposto Sobre Serviços - ISS	2	386
Contribuição INSS	158	437
Imposto Sobre Serviços - FGTS	-	113
Outros	62	615
<b>Total</b>	<b>7.829</b>	<b>3.621</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.829</b>	<b>3.621</b>

	2022	2021
<b>11. Partes relacionadas: 11.1. Transações: As transações com partes relacionadas referem-se a:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c) (e) (f)	-	1.385
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e)	2	39
Traditio Companhia de Seguros (c)	-	260
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c) (d)	-	166
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1.590</b>

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a)	-	(30)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b)	-	(6)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (e)	-	(47)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	-	(833)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(910)</b>

(a) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia; (b) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; e (f) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio Matriz entre companhias da SulAmérica. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos pela Companhia, em 31/12/2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
<b>Dividendos e JCP recebidos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Sul América S.A. - SASA (a)	-	77.208
Rede D'Or São Luiz S.A.	-	459
Traditio Companhia de Seguros	41.819	41.458
Sul América Holding S.A. - SAH (b)	-	2.629
<b>Total</b>	<b>41.819</b>	<b>44.087</b>

(a) Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.3. e; (b) Incorporada pela Companhia, conforme nota 1.2. 11.2. Remuneração da Administração: Os Administradores da Companhia receberam as suas remunerações diretamente por outras empresas do grupo SulAmérica. 12. Depósitos judiciais e fiscais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências: 12.1. Depósitos judiciais e fiscais:

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Tributárias:</b>		
Outros	113	101
<b>Subtotal</b>	<b>113</b>	<b>101</b>
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	1.209	1.132
<b>Subtotal</b>	<b>1.209</b>	<b>1.132</b>
<b>Total</b>	<b>1.322</b>	<b>1.233</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.322</b>	<b>1.233</b>

	2022	2021
<b>12.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 01/01/2021</b>	<b>Saldos em 31/12/2021</b>
<b>Tributárias:</b>		
Honorários	496	(27)
Outros	98	101
<b>Subtotal</b>	<b>594</b>	<b>(27)</b>
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	5.146	(2.844)
<b>Subtotal</b>	<b>5.146</b>	<b>(2.844)</b>
<b>Total (a)</b>	<b>5.740</b>	<b>3.111</b>
<b>Circulante</b>	<b>451</b>	<b>451</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.660</b>	<b>2.660</b>

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>Saldos em 31/12/2022</b>
<b>Tributárias:</b>		
Honorários	472	(48)
Outros	101	112
<b>Subtotal</b>	<b>573</b>	<b>(48)</b>
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações Trabalhistas	2.538	(119)
<b>Subtotal</b>	<b>2.538</b>	<b>(119)</b>
<b>Total (a)</b>	<b>3.111</b>	<b>(167)</b>
<b>Circulante</b>	<b>359</b>	<b>359</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.642</b>	<b>3.642</b>

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2022 são de R\$426 (R\$472 em 2021), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10.1). 12.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2022 e 2021 são: IRPJ: A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido passaram a ser inadmissíveis para fins de dedução na base de cálculo do imposto de Renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar que a franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do imposto de Renda. Nestes termos, os valores questionados até 2013 foram integralmente depositados e provisionados. A Companhia obteve decisão judicial desfavorável transitada em julgado nos autos de seu processo em que discutia a matéria. Com isso, os depósitos judiciais realizados nos autos foram integralmente convertidos em renda a favor da União. O montante baixado foi de R\$8.269. A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, no montante global a que faz referência a nota 8. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021. CSLL: A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte da autora do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, no montante global a que faz referência o item 8. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021. 12.4. Contingências: Em 31/12/2022 e 2021, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fiscais (a)	17.556	19.383
Trabalhistas	1.152	-
<b>Total</b>	<b>18.708</b>	<b>19.383</b>

(a) Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, a parcela não provisionada, no valor de R\$17.556 (R\$19.383 em 2021) é composta, principalmente, por compensações não homologadas pela Receita Federal. 13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social: O capital social da Companhia, em 31/12/2022, é de R\$1.231.056 (R\$1.150.551 em 2021), representado por 3.763(3.608 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$6.863, com a emissão de 13 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$527.948,17 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.106.844 para R\$1.113.707. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/10/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$4.251, com a emissão de 8 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$531.317,81 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.113.707 para R\$1.117.958. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/11/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$10.519, com a emissão de 20 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$525.926,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.117.958 para R\$1.128.477. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2021, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante a utilização do crédito relativo aos juros sobre capital próprio no valor total de R\$22.074, com a emissão de 42 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$525.569,38 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.128.477 para R\$1.150.551. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/03/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$13.784, com a emissão de 26 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$530.161,27 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.150.551 para R\$1.164.335. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia em dinheiro no valor total de R\$11.420, com a emissão de 22 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$519.108,52 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.164.335 para R\$1.175.755. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/10/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$6.460, com a emissão de 12 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$538.348,86 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, parte mediante a transferência para a Companhia de ações ordinárias de emissão da SAH, de propriedade da SASA, parte em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$1.175.755 para R\$1.182.215. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2022, a acionista da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia mediante a utilização de parte do crédito relativo a juros sobre capital próprio no valor total de R\$48.841 com a emissão de 95 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$514.113,55 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/1976, passando o capital social de R\$1.182.215 para R\$1.231.056. 13.2. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 13.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, se for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos. 13.4. Ajustes de avaliação patrimonial: A rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 13.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado, em consonância com a legislação em vigor. Em 25/10/2021, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$51.182, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2020, à razão de R\$14.466,41 (em reais) por ação, para pagamento aos acionistas a partir da presente data. Em 20/12/2021, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$26.000, sendo R\$7.291,08 (em reais) por ação, a serem pagos a partir desta data. Em 24/10/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$58.709, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2021, à razão de R\$16.057,99 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 25/10/2022. Em 04/11/2022, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$18.500, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2021, à razão de R\$5.043,62 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 04/11/2022. 13.6. Distribuição do resultado: Em 31/12/2022 e 2021, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>	<b>77.546</b>	<b>77.546</b>
(-) Impostos e contribuições	(1.485)	(1.485)
<b>Lucro líquido do exercício (a)</b>	<b>76.061</b>	<b>76.061</b>
Constituição da reserva legal (5%)	(3.803)	(3.803)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>72.258</b>	<b>72.258</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>18.065</b>	<b>18.065</b>
25% do lucro líquido ajustado	18.065	18.065
(-) Dividendos antecipados não imputados nos dividendos obrigatórios	46.258	46.258
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	18.065	18.065
(-) Juros sobre capital próprio líquido não imputados nos dividendos obrigatórios	4.035	4.035
Bruto	26.000	26.000
Imposto de renda	(3.900)	(3.900)
<b>Saldos dos dividendos obrigatórios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

	2022	2021
<b>14. Detalhamento das contas de resultado: 14.1. Receita líquida:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receitas:</b>	<b>38.559</b>	<b>96.754</b>
Prestação de serviços (a)	38.559	96.754
<b>Impostos sobre receita:</b>	<b>(5.495)</b>	<b>(13.788)</b>
PIS/COFINS	(3.567)	(8.950)
ISS	(1.928)	(4.838)
<b>Total</b>	<b>33.064</b>	<b>82.966</b>

(a) Valores referentes, principalmente, aos serviços prestados de infraestrutura ao Grupo Allianz a partir de julho/2020, referente ao período pós alienação da carteira de auto e ramos elementares, envolvendo empresas do Grupo SulAmérica e Grupo Allianz. 14.2. Despesas administrativas:

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pessoal próprio (a)	(5.152)	(13.744)
Participações no resultado	101	(1.298)
Serviços de terceiros (a)	(32.409)	(56.627)
Localização e funcionamento	(1.448)	(4.873)
Publicidade e propaganda	(30)	(270)
Outras	(483)	(691)
<b>Total</b>	<b>(39.421)</b>	<b>(77.503)</b>

(a) Valores referentes, principalmente, aos serviços prestados de infraestrutura ao Grupo Allianz a partir de julho/2020, referente ao período pós alienação da carteira de auto e ramos elementares, envolvendo empresas do Grupo SulAmérica e Grupo Allianz. 14.3. Resultado financeiro por categoria:

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Títulos e valores mobiliários	2.048	990
Valor justo por meio do resultado	2.048	900
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	90
<b>Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>(502)</b>	<b>479</b>
Outros	756	(8)
<b>Total</b>	<b>2.302</b>	<b>1.461</b>

	2022	2021
<b>14.3.1. Receitas financeiras:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Valorização de quotas de fundos de investimentos	2.053	914
Títulos de renda fixa - Públicos	-	119
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	101	61
Outras	939	112
<b>Total</b>	<b>3.093</b>	<b>1.206</b>

	2022	2021
<b>14.3.2. Despesas financeiras:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	-	(44)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(603)	418
Outras	(188)	(119)
<b>Total</b>	<b>(791)</b>	<b>255</b>

15. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	2022	2021
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>(1.116)</b>	<b>(1.116)</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	279	100
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Correntes:</b>		

continuação

### Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

#### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da Saepar Serviços e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023.

Ernst & Young

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Marcelo Felipe L. de Sá

Sócio

Contador - CRC-RJ094644/O



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C6AF-B58C-5303-3D43> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C6AF-B58C-5303-3D43



### Hash do Documento

FB65A02D98D2D6E51FD9FAADA28CAFDBB6C2FE0CBF31BF9E72BAF8FCC9630BB6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
06/04/2023 23:47 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

